

003ª AUDIÊNCIA PÚBLICA VIRTUAL 24MAR2022

Pauta: Debater o PLCE nº 003/22

(Texto com revisão final.)

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB): (19h01min) Boa noite a todos! Estão abertos os trabalhos da presente audiência pública. Hoje, a pauta é a ressegregação de massas do regime próprio de previdência dos servidores municipais de Porto Alegre - Previmpa.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA PROCESSO 017.00041/2022-11 AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 003/22, QUE INCLUI OS §§ 1º, 2º, E 3º NO ART. 94 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 478, DE 26 DE SETEMBRO DE 2002; ALTERA O § 5º, INCLUI AL. "E" NO INC. II DO ART. 2º; E REVOGA OS §§ 7º E 8º DO ART. 2º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 505, DE 28 DE MAIO DE 2004, DISPONDO SOBRE O PLANO DE CUSTEIO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE. O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, no uso de suas atribuições legais, CONVIDA a comunidade Porto-Alegrense para a Audiência Pública, a ocorrer no dia 24 de março de 2022, às 19 horas, através de videoconferência pela plataforma Zoom (<https://zoom.us/>), onde os cidadãos também poderão participar, mediante inscrição em <https://audienciaspublicas.camarapoa.rs.gov.br/>. O link para acesso à sala virtual do referido evento se encontra disponibilizado no mesmo local. Detalhes da proposição poderão ser obtidos em <https://www.camarapoa.rs.gov.br/processos/137562>. Os participantes poderão se manifestar por escrito e/ou encaminhar documentos referentes ao assunto em debate, através do e-mail audienciaspublicas@camarapoa.rs.gov.br. As manifestações, durante a Audiência Pública, se darão mediante inscrição, após a abertura do evento. A Audiência Pública será transmitida pela TVCâmara, canal 16 da NET, pelo canal digital 11.3, e pelo YouTube em <https://www.camarapoa.rs.gov.br/institucional/tvcamara>. Porto Alegre, 16 de março de 2022. VEREADOR IDENIR CECCHIM, Presidente.

Tradicionalmente, as nossas audiências têm o seguinte desenrolar: primeiramente, temos as falas dos representantes do governo - já cumprimento a Dra. Simone Custódio, a diretora-geral do Previmpa e o Dr. Rodrigo Fantinel, secretário-geral da Fazenda. Depois, nós teremos as falas de três entidades que solicitaram formalmente a audiência pública - o Sindicato dos Municipários de Porto Alegre/Simpa, a Associação dos Servidores do HPS/ASHPS e a Associação dos Técnicos de Nível Superior do Município de Porto Alegre/Astec -, que vão dividir o tempo entre si. Os tempos serão idênticos para o governo e para as entidades, até 20 minutos no total; os colegas das entidades verifiquem como desejam fazer a divisão. Além disso, já estamos recebendo, a partir de agora, pelo *chat*, até dez inscrições,

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
003ª Audiência Pública Virtual 24MAR2022
Pauta: Debater o PLCE nº 003/22

tirando essas três das entidades que são requerentes, mais dez inscrições de interessados em fazer os seus pronunciamentos. E, no final, todos terão 5 minutos, as entidades e também o governo, para fazerem as suas considerações finais - o governo, 15 minutos e as entidades, cinco minutos, cada. Então, Sr. Presidente, podemos passar a palavra para o governo.

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB): Diretor Luiz Afonso, eu gostaria de fazer o registro de quem está representando o governo.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): É a Dra. Simone Custódio, que é a diretora-geral do Previmpa, e o Dr. Rodrigo Fantinel, que é o secretário municipal da Fazenda.

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB): A palavra está com o Sr. Rodrigo Fantinel.

SR. RODRIGO SARTORI FANTINEL: Boa noite, Presidente Giovane; boa noite, diretor Luiz Afonso; boa noite a todos os colegas que nos acompanham; hoje a gente tem uma troca na equipe aqui. A Simone assumiu interinamente a direção-geral do Previmpa. Então, vamos fazer de forma bem semelhante à última audiência, vou fazer uma pequena introdução, depois acho que a Simone faz uma apresentação também breve e acho que nem tem necessidade de a gente utilizar os 20 minutos. A gente pode dar andamento de forma mais célere. Então, em relação à ressegregação de massas do Previmpa, nós temos dito que é a terceira etapa da reestruturação do nosso sistema previdenciário. A primeira etapa foi a reforma da Previdência, que foi aprovada no ano passado, a segunda etapa é a previdência complementar que nós também concluímos o processo de seleção. Devemos assinar o termo de adesão com o vencedor do certame agora no mês de abril e a terceira etapa é essa ressegregação de massas que consiste em passar parte dos servidores que são hoje abrangidos pelo regime de repartição simples para o regime de capitalização. Obviamente que, para fazer esse movimento, nós tivemos que, inicialmente, fazer um estudo, uma avaliação atuarial, que nos diagnosticou a viabilidade técnica de se fazer esse

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
003ª Audiência Pública Virtual 24MAR2022
Pauta: Debater o PLCE nº 003/22

movimento, posteriormente, a gente foi ao Ministério do Trabalho e do Emprego para tratar a questão da autorização da Secretaria de Previdência, conseguimos também essa autorização da Secretaria de Previdência para fazer esse movimento e, agora, a terceira etapa seria aprovar o projeto de lei em si e aí, sim, fazer essa migração de servidores entre os diferentes regimes previdenciários. Como já disse na outra audiência, nós temos total convicção de que esse é um movimento viável e que não atinge, de forma nenhuma, o equilíbrio técnico do Previmpa. Nos documentos que foram acostados ao processo há, inclusive, simulações até o ano de 2095, onde se constata que não vai haver, em momento algum, um decréscimo nesse movimento de capitalização, do regime capitalizado, então, temos plena consciência de que, tecnicamente, é um movimento viável, estamos fazendo isso com toda responsabilidade, acho que é um movimento que vai ser feito nesse momento, e, posteriormente, outras administrações futuras vão ter que fazer movimentos semelhantes, porque essa é a tendência natural dos regimes previdenciários, ou seja, um acaba dando suporte a outro, até que a gente tenha um equilíbrio na previdência do Município. De minha parte, era isso, eu queria passar a palavra para a Dra. Simone, que vai fazer a apresentação, vamos ficar atentos ouvindo as considerações, anotando o que for necessário, para, no final, poder esclarecer eventuais dúvidas.

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB): A Sra. Simone Custódio, diretora-geral do Previmpa, está com a palavra.

SRA. SIMONE CUSTÓDIO: Boa noite, Ver. Giovane Byl, diretor Luiz Afonso, secretário Fantinel, boa noite a todos os presentes. Como o secretário Fantinel falou, eu vou fazer uma breve apresentação com os dados, em que se constatou a viabilidade dessa revisão, da segregação, e também da extinção da alíquota suplementar, fazendo um resgate, então, dessas etapas que o secretário Fantinel colocou. Fazendo um resgate da reforma da previdência, o que nós tivemos? Nós tivemos as novas regras gerais e de transição, pós emenda nº 103, de 2019, que ocorreu aqui em 2021, que iniciaram, mais precisamente, com a emenda à Lei Orgânica nº 47, que está em vigor desde 30 de agosto de 2021, posteriormente teve a aprovação da lei complementar, que regulamenta a Lei Orgânica e

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
003ª Audiência Pública Virtual 24MAR2022
Pauta: Debater o PLCE nº 003/22

traz novas regras de pensão, de cálculo de benefícios, de contribuição previdenciária, que está em vigor desde 30 de setembro de 2021, e a previdência complementar, como falou o secretário Fantinel, que está em vigor desde 23 de setembro de 2021 - agora, em abril, devemos assinar o convênio de adesão com a empresa vencedora, inclusive, já teve o processo de seleção. Então, esse é um histórico da reforma da previdência aqui no Município. A partir, então, da reforma, o que foi necessário fazer? Foi necessário verificar o plano de custeio da previdência, porque as regras foram modificadas. E isto é a previdência: tem que estar sempre, constantemente, fazendo avaliações atuárias, do custeio, para fazer os necessários ajustes. Então, o nosso sistema de previdência do Município de Porto Alegre tem dois planos, o plano capitalizado, que foi a segregação de massas que foi feita em 2001, ou seja, após 20 anos, a gente está trazendo essa revisão da segregação, com base nesses números... E a revisão da segregação o que é? É uma forma de iniciar o equacionamento do déficit previdenciário. Em relação ao parecer atuarial nº 13, do sistema capitalizado, que está no processo, o que foi constatado? Com a avaliação atuarial, que foi feita antes da reforma, o que se tinha? Tinha um resultado atuarial de um resultado negativo de menos R\$ 95 milhões. Com a reforma, com a alteração nas regras, enfim, dessas legislações que foram passadas, passamos a ter um resultado positivo, no capitalizado, de R\$ 1,5 milhões. No regime de repartição simples, fazendo uma análise do impacto pós-alteração na previdência municipal, o que se tem, então? Antes dessas alterações, a gente tinha um resultado negativo de R\$ 21 bilhões, que é o sistema deficitário da previdência, e, pós reforma, a gente tem um resultado negativo de R\$ 19 bilhões no regime de repartição simples. E o parecer atuarial nº 13 traz também um escalonamento na redução dos aportes, o que isso vai significar de redução naqueles valores que todo mês o ente tem que repassar ao Previmpa, para dar conta de pagar os benefícios da repartição simples. Então, em 2022, haverá uma redução de R\$ 120 milhões, mais ou menos, e, num total de oito anos, vai se ter uma redução em torno de R\$ 1,4 milhões. Então, tratando mais especificamente da questão da revisão da segregação de massas, de que trata o projeto, e dessa revisão que foi feita há 20 anos, como uma forma de equacionamento de déficit, foi solicitada também uma avaliação atuarial. Primeiro, temos amparo para fazer essa revisão da segregação, e esse amparo está previsto numa portaria

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
003ª Audiência Pública Virtual 24MAR2022
Pauta: Debater o PLCE nº 003/22

ministerial da previdência social, que é quem tem a autoridade legal para orientar e normatizar os regimes próprios de previdência, conforme está na Lei Federal nº 9.717/98 e foi expressa no art. 9º da Emenda Constitucional nº 103, essa competência. A Emenda Constitucional nº 103 acabou trazendo isso de uma forma constitucional, essa competência, e trazendo a Lei nº 9.717/98 ao *status* de lei complementar. Tem, ali na lâmina, essas informações. Para isso, também se submeteram à avaliação da secretaria ministerial da previdência os estudos atuariais, a minuta da proposta de alteração na legislação, porque há uma necessidade de avaliação pela secretaria, há um controle bastante rígido em relação ao funcionamento dos regimes próprios, para verificar o equilíbrio financeiro, atuarial, enfim, todas as características que devem ser preservadas. Esse material todo foi enviado por processo à Secretaria de Previdência, e ela autorizou a revisão da segregação de massas em um dos cenários, que foi exatamente o cenário identificado pelo governo como aquele que seria viável, que foi o cenário 2, que, depois, estarei colocando para os senhores. A atuária do Previmpa fez três cenários para verificar a viabilidade dessa revisão da segregação de massas. Foram três cenários: dos óbitos até 31.12.2001; dos óbitos até 2003; e dos óbitos até 2008. O que é que foi aprovado pela secretaria ministerial da previdência? Foi aprovada – e é isso justamente que está apresentado nesse projeto de lei – a possibilidade de fazer a revisão da segregação e trazer para o plano capitalizado 1.689 pensionistas, que são os beneficiários dos servidores falecidos até 31.12.2003. Vejam bem, é importante ficar bem claro, porque é um número fixo, são esses os que serão trazidos, não serão outros. Esse é um cálculo, digamos assim, preciso, por conta dessa especificidade. São 1.689 pensionistas, não sei se exatamente isso, agora até pode ser um pouco menos por conta do tempo que foi feito. O que é que vai representar de redução e de acréscimo na folha mensal? Cerca de R\$ 7,5 milhões e, numa folha anual, cerca de R\$ 100 milhões, dá R\$ 98 milhões, tem os números exatos nas lâminas, que ficarão disponíveis junto ao processo na Câmara. É um grupo limitado que está sendo trazido para o plano da capitalização. Já comentei aqui, tem a manifestação favorável da Secretaria de Previdência quanto a este cenário 2, porque é um cenário que não compromete, que permite que o fundo capitalizado continue a crescer, esse é o objetivo, ter essa reserva no fundo.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
003ª Audiência Pública Virtual 24MAR2022
Pauta: Debater o PLCE nº 003/22

Uma outra questão trazida também nesse projeto de lei é a extinção da alíquota patronal suplementar. Por quê? Porque essa alíquota é paga, evidentemente, apenas em relação ao plano capitalizado. Nesse viés de que saímos de 92, de um resultado negativo, para 1.500, o plano capitalizado não tem mais a necessidade de ter essa alíquota suplementar. Todos esses cálculos atuariais foram feitos já considerando a supressão dessa alíquota suplementar, o que dá uma redução em torno de R\$ 30 milhões por ano.

Aqui temos um estudo de cenários no consolidado do plano de capitalização, em que vem o resultado do exercício considerando a aplicação dos cenários. Vamos nos ater no cenário 2, que é esse que está proposto lá no plano. O que se terá nesse plano? Na verdade, isso aqui é sempre trazendo para o valor presente. É dito que, fazendo essa revisão, o plano capitalizado ainda terá um resultado positivo de R\$ 773 milhões e alguma coisa. Ele continua positivo. O impacto total anual, isso já somando a questão da resseguração, da extinção da alíquota suplementar e da redução dos aportes é de uma redução de cerca de R\$ 249 milhões. Basicamente, são esses os números e as informações que eu teria para passar. Fico à disposição, juntamente com o secretário Fantinel, e passo a palavra para que ele faça as considerações finais.

SR. RODRIGO SARTORI FANTINEL: Acho que, de nossa parte, são essas as considerações, presidente. Como disse anteriormente, agora a gente fica atento ouvindo as considerações dos demais colegas e dos vereadores. Ao final, havendo necessidade de maior esclarecimento sobre algum ponto, a gente está à disposição.

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB): Obrigado, secretário Rodrigo Fantinel; obrigado, Dra. Simone Custódio. Luiz Afonso, nós temos uma ordem de quem começa a falar pelas entidades?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Sim, o primeiro inscrito é o colega Sérgio Brum, pela Astec. Vamos fazer sete minutos para cada entidade.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
003ª Audiência Pública Virtual 24MAR2022
Pauta: Debater o PLCE nº 003/22

SR. SÉRGIO BRUM: Meu boa noite ao presidente Giovane Byl, ao colega e amigo Luiz Afonso, ao colega Rodrigo, à colega Simone, aos vereadores presentes, e aos demais colegas e público presente. Eu acho que nós devemos refazer a história das aposentadorias no Município. Desde os tempos da Intendência Municipal, até 2001, a Prefeitura aposentava os seus servidores aos 35 anos de serviço e pagava essas aposentadorias com os recursos arrecadados, com o orçamento, não havia contribuição nem de empregado e nem de patrão, portanto, se supunha que os salários eram calculados havendo uma reserva no orçamento municipal para pagar essas aposentadorias quando o servidor integralizasse os 35 anos, que era regra da época. Só que em 2001 decidiu se cobrar contribuições previdenciárias, e constituíram um fundo para aposentadoria daqueles que ingressassem a partir de setembro de 2001, e esse fundo receberia contribuições do patrão, Prefeitura, e do empregado, servidor. Mas os servidores que já estavam na Prefeitura em 2001, como ficariam? A Prefeitura pediu um cálculo para a Caixa Econômica Federal, e ela informou que a Prefeitura teria que aportar nesse fundo R\$ 2,954 bilhões, na época – não tenho certeza, mas é um número nessa ordem –, e aí colocaria todos no fundo. Esses R\$ 2,954 bilhões seria o dinheiro correspondente a contribuições de patrão e de empregado para que esse fundo então se sustentasse, *o.k.*? Para que a capitalização proveesse os recursos necessários na hora em que tivesse que pagar as aposentadorias. Obviamente, ou não tão óbvio, a Prefeitura não tinha esse valor para aportar ao fundo. Não tinha R\$ 3 bilhões na época para aportar ao fundo, e que ela fez? Ela propôs, decidiu e foi assim acertado e legislado, que ela recolheria as contribuições dos empregados, dos servidores, e o que faltasse para pagar as aposentadorias desse grupo que entrou até 2001, ela aportaria recursos suficientes para pagar essas aposentadorias, *o.k.*? Isso deve ter sido, ou foi, um ótimo negócio para a Prefeitura, ela não precisou desembolsar R\$ 3 bilhões em 2001, ela pôde parcelar isso, e eu vou considerar 2001 até 2045, em 44 anos, 528 meses, 528 prestações, que é o que hoje a colega Simone e o colega Fantinel estão dizendo aqui que é um déficit previdenciário. Déficit coisa nenhuma, pagamento das prestações daqueles R\$ 3 bilhões, porque capitaliza aqueles R\$ 3 bilhões até 2022 e vê quanto é que dá, não é? E aí eu pergunto ao Presidente e a todos: se vocês fossem prefeitos na época, não fariam esse negócio? Um bom negócio, e essas prestações mensais ainda diminuiriam com o

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
003ª Audiência Pública Virtual 24MAR2022
Pauta: Debater o PLCE nº 003/22

tempo, com a morte de alguns servidores, ou muitos, como ocorreu na pandemia. E a correção desse valor seria pelas taxas de inflação, seria pelo dólar, seria pelo quê? Não, seria pela correção salarial dos servidores, e isso, em geral, abaixo da inflação. Então, é um ótimo negócio de muitos pontos de vista, eu tenho certeza de que se o prefeito Melo estivesse nessa situação na época, ele faria esse negócio, porque era um bom negócio. Mas agora vem o prefeito Melo e tenta, através desse projeto de resseguração de massas, fazer com que o fundo, que foi constituído pela contribuição dos servidores que ingressaram a partir de 2001, pague parte dos R\$ 3 bilhões dessa dívida. Absurdo! Essa dívida, Srs. Vereadores, não é dos servidores, essa dívida é da Prefeitura, é do povo de Porto Alegre. Por isso que fez a segregação de massas na época, para que esse fundo, constituído a partir de contribuições dos servidores que ingressaram a partir de 2001, ficasse saudável, para que não se tocasse nesses valores. E a legislação federal, e isso está corroborado no parecer do Conselho de Administração do Previmpa, que é contrário a esse projeto, a legislação federal estabelece o quê? Se o fundo for superavitário, tem que ter equilíbrio, é isso que a legislação pressupõe, Simone. É superavitário? Reduz as contribuições; é deficitário? Bom, aí vem. Mas o governo não tem muita certeza se é superavitário ou deficitário, porque agora mesmo ele aplicou mais quinhentos e tantos reais de contribuição para os aposentados, está cobrando contribuição suplementar dos aposentados e quer, através desse projeto, se livrar da contribuição suplementar patronal. Jogar a dívida da Prefeitura para o fundo pagar é submeter o fundo a um risco de não ser capaz de arcar com as aposentadorias na época em que será necessário honrar esses compromissos. Aí a Simone vai me dizer: “Olha, estancamos os números, etc., e isso não vai ocorrer”. Gente, é complicado, no Brasil, a gente dizer isso, porque a nossa economia é uma colcha de retalhos, porque a nossa economia é trucidada todos os dias. Eu, hoje, paguei R\$ 17,00 por meio quilo de café no supermercado. Tudo por que, antes de ontem, o Presidente da República isentou café importado de imposto, aí o café nacional já subiu de preço de um dia para outro, óbvio. Essa é a nossa economia, como é que nós vamos trabalhar com números atuariais e afirmar hoje que, daqui a 20 anos, esse fundo é saudável? O que se pode fazer é não deixar tocar no dinheiro desse fundo.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
003ª Audiência Pública Virtual 24MAR2022
Pauta: Debater o PLCE nº 003/22

Srs. Vereadores, está na mão de vocês. Isso não é uma disputa partidária e também não é um Gre-Nal, é uma questão de responsabilidade, simplesmente apoiar uma iniciativa como esta em troca de apoio ao governo pode significar falta de remédio, de comida, da habitação para muitos idosos aposentados da Prefeitura de Porto Alegre. Eu peço que os vereadores pensem bem no que irão fazer. E mais, além de toda essa preocupação que aposentados e ativos têm hoje, eu quero referir uma coisa: como é que pode o governo municipal prestar bons serviços a Porto Alegre se os seus servidores estão, a cada dia, vendo os seus salários se reduzirem? Cinco anos sem reajuste, retirada de direitos como adicionais de 15% e 25% e avanços, aumento de contribuição previdenciária desmotivam as equipes diariamente. Como ter orgulho, agora, nos 250 anos, de servir a Porto Alegre vendo o seu salário comprar menos a cada dia. Como concordar com terceirização de serviços, cujo o preço é salário menor para os terceirizados e custo maior para a Prefeitura. Essa, além de arcar com os direitos trabalhistas desses empregados, ainda tem que arcar com o lucro do empresário que fornece os trabalhadores, os escravos. Como dar parabéns ao cidadão pelos 250 anos de Porto Alegre quando sabemos que o governo gasta mais com terceirizações para prestar serviços piores a população. Srs. Vereadores, colegas, muito obrigado, desculpa em ter excedido um pouquinho o tempo, mas essa questão causa uma indignação muito grande, tanto ao Conselho de Administração do Previmpa quanto às entidades, em especial, a Astec, Associação dos Técnicos de Nível Superior do Município de Porto Alegre, que eu me orgulho de ser hoje o vice-presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB): O Sr. João Ezequiel, do Simpa, está com a palavra.

SR. JOÃO EZEQUIEL: Boa noite aos representantes do governo; boa noite ao Ver. Giovane Byl, na presidência dos trabalhos; boa noite às entidades presentes e a cada colega que está aqui conosco nesta batalha e também aqueles que nos acompanham pelas redes sociais. Importante é a gente começar dizendo aqui que esta audiência está ocorrendo por força da mobilização do Simpa e das associações parceiras que perceberam que aquela outra audiência, que estava sendo realizada, não estava cumprindo, minimamente, os critérios que a própria Lei Orgânica do Município de Porto Alegre orienta para a realização

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
003ª Audiência Pública Virtual 24MAR2022
Pauta: Debater o PLCE nº 003/22

de audiência. Nós, do Simpa, da Astec, das as HPS, no apoio de todas outras entidades de municipais – de várias entidades, não de todas, mas de várias –, fizemos requerimentos aqui na Câmara e tivemos que, inclusive, entrar na justiça, importante dizer isso, a partir dos requerimentos que foram feitos. Bem, a audiência legítima, então, está ocorrendo neste momento. Acho que o Brum colocou muito bem os dados, mas eu quero reforçar alguns aqui, gente, para ficar muito claro. Importante dizer, primeiro, que este projeto da resseguração de massas referente ao Previmpa está dentro de um bojo onde já passou, já foi aplicada o aumento da alíquota previdenciária, que os municipais tem que pagar, de 11% para 14%; nós já tivemos, nesse bojo, agora há pouco, a taxaço, o confisco do salário das aposentadas e aposentados. Isso é importante dizer, porque, confiscar salário de aposentados e aposentadas que contribuíram uma vida inteira para a cidade, da ordem de 14% daquilo que se recebe acima de 2,4 salários mínimos. Agora foi apresentado pela Simone Custódio todo o projeto e todas as consequências e foi dito aqui que o projeto da resseguração de massas passa, então, 1.689 pensionistas, que é da responsabilidade da Prefeitura pagá-los, para o sistema de capitalização previdenciária, para que o sistema capitalizado pague esses pensionistas e a Prefeitura deixe de pagá-los. Foi dito aqui também que haverá uma extensão da alíquota patronal suplementar da ordem de 30 milhões. Sobre a questão dos pensionistas nós estamos falando de 7,5 milhões, apresentado aqui pelo próprio governo, mês, o que dá 98 milhões anuais. O José Reis colocou, agora há pouco, no *chat* que a Prefeitura vai ter uma economia na ordem de 500 milhões, somente em 2022. Com toda essa reforma da previdência, todos esses projetos que envolvem a previdência municipal de Porto Alegre. Gente, é importante dizer que todo esse projeto, todo esse sistema de mudança na previdência municipal, o que entra a reforma da previdência municipal e todos os projetos agregados a essa reforma, o que se está fazendo, na verdade, é passar quem é credor para devedor e quem é devedor para credor. Lá, em 2001, como disse aqui muito bem o Brum, houve a segregação de massas e naquele momento a Prefeitura teria que aportar 2,9 bilhões. *O.k.*, não tinha para aportar naquele momento, realmente é muito dinheiro R\$ 2,9 bilhões, mas esses R\$ 2,9 bilhões seriam então pagos ao longo do tempo, e aí que entra o regime de repartição simples, no qual é obrigação da Prefeitura pagar quem está neste regime, sejam aposentados ou

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
003ª Audiência Pública Virtual 24MAR2022
Pauta: Debater o PLCE nº 003/22

pensionistas. E agora vem a Prefeitura, além de fazer... ou melhor dizendo, o prefeito Melo, além de fazer um saque no bolso das aposentadas e aposentados, além de aumentar o tempo de contribuição de quem está na ativa, aumentar a idade para se aposentar – além de tudo isso, ainda vem repassar aquilo que é a sua dívida para o sistema capitalizado. Gente, realmente, todo esse projeto visa a retirar, de um sistema superavitário, em que não existe déficit... O governo segue dizendo: "sistema deficitário"; não existe, já está provado. Eu quero dizer aqui, colegas, que, se minimamente, o governo ouvisse o Conselho de Administração do Previmpa, colegas com todo conhecimento de todo o sistema previdenciário; minimamente se ele ouvisse e respeitasse as deliberações desse conselho, porque o conselho é deliberativo, mas o governo não respeita essa deliberação. Eu vou dizer aqui ao colega que hoje está no governo, Rodrigo Fantinel, que os colegas, que estão no Conselho de Administração do Previmpa, são técnicos, têm propriedade, conhecimento, atuarial, inclusive, de todo o sistema. Então, gente, o que nós estamos vendo é uma transferência da dívida que a Prefeitura tem com o sistema previdenciário para os credores. Olha, que manobra, não é? Então, é por isso, Luiz Afonso; presidente desta audiência, Ver. Giovane Byl; demais vereadoras, vereadoras presentes, colegas municipais, que a gente luta contra toda essa reforma da Previdência municipal, suas consequências e os seus efeitos. E lutamos também contra esse projeto de ressegregação de massas, que muda também a regra do jogo no meio do jogo, querendo tornar aqueles que são credores em devedores, e o devedor, que é a Prefeitura, em credor. Então, o Simpa deixa aqui uma fala que seguiremos na luta, seguiremos na luta com as entidades parceiras – Astec, ATEMPA, ASHPS, Asead, entre outras entidades que estão conosco – porque é uma vergonha todo esse projeto. E a apresentação do governo, na verdade, é mais uma enrolação do que a verdade dos fatos. Eu quero aqui, para terminar, Luiz Afonso, dizer, colegas, que nós temos uma assembleia geral para o dia 29, terça-feira, às 19h, lá na quadra da Imperadores do Samba, onde nós vamos debater a proposta que foi apresentada pelo governo, porque os municipais não aguentam mais, são seis anos sem reposição, e todo esse ataque a nossa carreira, seja de quem está na ativa, bem como dos aposentados. Nós não podemos mais aceitar esse arrocho insuportável e esses ataques à carreira e ao salário de municipais e municipais da ativa e aposentados. Muito obrigado.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
003ª Audiência Pública Virtual 24MAR2022
Pauta: Debater o PLCE nº 003/22

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, João Ezequiel. Consulto sobre quem vai falar pela associação dos servidores do HPS. (Pausa.) Em não havendo nenhuma solicitação, passamos às inscrições. A Sra. Márcia Apolo, do CAD do Previmpa, está com a palavra.

SRA MÁRCIA APOLO: Boa noite a todos e todas; para lembrar, dia 3 de março estivemos aqui, conversando a respeito deste assunto. Hoje eu me manifestei em nome do Simpa, mas gostaria de dizer que também sou eleita pelo CAD, Conselho de Administração, e a nossa preocupação com este assunto extremamente relevante para nossos funcionários, mas eu me dirijo principalmente... Acho que todos os nossos colegas que aqui estão, funcionários, têm, pelo menos, observado e discutido esse assunto. Eu vou me dirigir principalmente... Acho uma pena, assim, quando se fazem audiências públicas, os vereadores sequer apareçam, sendo eles os que vão votar os projetos. E, muitas vezes, chegam ao plenário sem ler, inclusive, isso é uma crítica que estou fazendo, os aportes colocados por outras entidades, e aí me reporto ao CAD, que teve um parecer dado, extremamente embasado pelos colegas que o fizeram, contrário a essa ressegregação de massas; por 18 votos – somos 20 neste conselho, dez eleitos pela categoria, dez nomeados pela administração – com este parecer favorável à contrariedade deste parecer. Tivemos também acesso a uma avaliação da Câmara, através do seu jurídico, dizendo da incompatibilidade, da dificuldade, inclusive da ilegalidade deste fato. Somente o governo, agora, em 3 de março, trouxe esses dados, dizendo que o projeto foi levado ao Ministério do Trabalho e Emprego, para pedir autorização. Isso jamais foi colocado para o CAD fazer o parecer; isso, inclusive, não estava nem na justificativa, levada à Câmara de Vereadores, em 7 de fevereiro, que, por sinal, não esperou nem o parecer do CAD. Então, assim, eu faço essas considerações pela minha preocupação com a forma com que se dá: “Ah, existe um projeto, que é primeira etapa, segunda etapa, e a ressegregação é a terceira etapa para concluir esse processo”. Concluir o processo de aliciação à categoria, concluir o processo de meter a mão onde fizeram toda uma questão, aumentando a alíquota dos aposentados e aí dizer assim: “Esse plano está capitalizado, está superavitário, agora, nós podemos tirar do governo o aporte de R\$ 250 milhões e vamos passar para esse fundo capitalizado que

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
003ª Audiência Pública Virtual 24MAR2022
Pauta: Debater o PLCE nº 003/22

está superavitário, então, eu não preciso pagar mais”. E a gente tem que pensar na memória histórica, o nosso plano não se entrelaçam, existe o plano com o capitalizado, e existe a repartição simples. Repartição simples, todo mundo está falando, ficou a cargo da administração, porque, na época, quando o Previmpa foi estruturado, a própria Prefeitura não tinha dinheiro para aportar para o novo plano, então disse assim: “Eu vou pagar em suaves prestações mensais, eu vou assumir essa dívida com os aposentados que entraram até o 2001, eu vou pagar, vou me comprometer, e também vou me comprometer com as pensões dessas pessoas”. E o que acontece agora? No andar da carruagem, disseram assim, olha o olho: “Não, esse plano capitalizado, o Previmpa tem dinheiro, vamos tirar de nós esses R\$ 250 milhões e vamos passar para lá”. Essa grande ilegalidade, pode se justificar com portaria que não é validada por lei, mas, com certeza, é uma ilegalidade tamanha, é meter a mão, sim, no Previmpa. E tem mais uma questão: a forma como essas últimas administrações fazem, terceirizando, precarizando, contratando e não fazendo concursos públicos, é muito preocupante a vida do Previmpa futuramente. Então, eu me reporto mais aos vereadores, que são os que vão votar esse projeto: se informem, leiam esses pareceres, leiam as considerações, e não simplesmente coloquem as opiniões, ou as informações, que eu acho que é uma informação que muitas vezes os números podem estar ali e não serem corretos. Então, eu me preocupo extremamente com esse tipo de votação que está dado, que os vereadores nem aparecem aqui para discutir com a categoria. Essa é a minha preocupação, eu peço que as pessoas se informem, vejam que o nosso patrimônio que foi construído a duras penas, que fomos nós, sim, que construímos, nós, sim, que pagamos, e toda essa defasagem, pois há seis anos que estamos sem reajuste, sem reposição. Eu sou aposentada, foi metido uma faca no nosso salário, agora, vem o prefeito querendo não compensar nem os 10%, não dá nem o que foi tirado. E mais esta: terceira etapa para concluir o processo de espólio da categoria, isso é uma tristeza e é lamentável a gente estar aqui ainda discutindo esse tipo de coisa. Então, fica o meu desabafo, mais é nesse sentido, de um desabafo e da nossa preocupação, enquanto conselho, enquanto sindicato, que ainda tem colegas que se submetam a fazer esse tipo de coisa com uma categoria. Eu só lamento. Muito obrigada.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
003ª Audiência Pública Virtual 24MAR2022
Pauta: Debater o PLCE nº 003/22

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, colega Márcia. O próximo inscrito é o colega Ritchele Vergara, que representa o mandato da Ver.^a Daiana Santos.

SR. RITCHELE VERGARA: Muito obrigado, Luiz Afonso. Eu trabalho com a Ver.^a Daiana Santos, sou jurídico dela. Como bem já disseram os companheiros, já teve parecer jurídico da Câmara, já tem parecer da CADE também, falando a respeito da ilegalidade dessa afronta que se tem ao direito dos servidores. Foi dito aqui hoje sobre o tempo de contribuição que, no último período, aumentou, o aumento da alíquota de 11% para 14% nos valores. O aumento de tempo de contribuição que eu acho que é uma coisa que é preciso reforçar que já é tirado do trabalhador, e não é de hoje, direitos. E agora nessa próxima etapa, na terceira etapa, como diz o governo, tem mais esse arrocho, sem contar que não houve nenhum reajuste salarial no último período, aliás, foi um período que sequer teve aumento relacionando salário, vencimento com a inflação. Então é flagrante o descaso do governo desta administração e das últimas administrações também com relação aos servidores. Foi dito aqui também que há cada vez mais contratos, terceirização, não há abertura de concurso e tudo isso precisa ser visto. “Reposição Já” – e isso aí, companheiro Ezequiel. Para além disso, a Ver.^a Daiana Santos tem acompanhado esses debates, conversado com seus pares, vereadores, tanto da oposição como também do governo, para tentar construir esse entendimento de que é um absurdo que isso prossiga a acontecendo. E ela se coloca à disposição da categoria. Eu vou também passar a ela diversas informações que estou anotando aqui, que estou aprendendo com vocês, para que a gente possa avançar nesse debate. Então, eu me solidarizo com a fala da companheira anterior, que comentou que os vereadores não estão aqui presente neste espaço, que é um espaço democrático, que é um espaço de debate, que é um espaço em que a gente poderia ter uma real troca de saberes, uma real troca de conhecimento acerca do que está sendo proposto pelo governo, do que vai ser votado. Infelizmente, muitas vezes, os vereadores acabam não participando, mas eu estou aqui representando o gabinete e o mandato da Ver.^a Daiana Santos e todas essas as informações vão ser trocadas. Obrigado.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
003ª Audiência Pública Virtual 24MAR2022
Pauta: Debater o PLCE nº 003/22

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Só para dizer para o Ritcheli, para a Márcia, que eu estou presente.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Perfeito. O senhor vai falar?

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Mais tarde, estou aqui para ouvir também, vamos ouvir.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Perfeito, quando o senhor quiser falar, o senhor dá um sinal, por gentileza. Obrigado, Ritchele. A Sra. Elaine Silveira está com a palavra.

SRA. ELAINE SILVEIRA: Boa noite, eu sou conselheira do Conselho de Administração do Previmpa, desta atual gestão, também fui eleita na chapa agora e ajudei a escrever e construir o parecer deste conselho a respeito do projeto de lei nº 003, de segregação de massas. Eu estava relendo o parecer hoje e destaquei alguns pontos que foram escritos e recomendo, assim como a Márcia, que os vereadores leiam, porque é um parecer que consultou toda a legislação vigente, que buscou o que está sendo julgado no Judiciário a respeito dessas propostas de ressegregação, que analisou os dados que foram entregues pelo Previmpa, enfim. A gente consultou a Secretaria da Previdência, em 2021, a respeito da questão da ressegregação das massas. E a resposta da Secretaria da Previdência foi a seguinte: de que os planos em extinção ou em repartição simples podem ter insuficiência financeira, mas esta diverge do conceito de déficit financeiro. Então não é a mesma coisa ter uma insuficiência financeira num plano de repartição simples e um déficit. Foi essa a resposta da Secretaria da Previdência e que não há impedimento, na legislação federal, para que o ente, no nosso caso a Prefeitura, repasse os valores para cobrir um plano em extinção, como o plano de repartição simples, que vai extinguir em 2046 e que vai chegar, pelos dados que o Previmpa nos passou, que em 2029 vai chegar o máximo de aportes da Prefeitura para cobrir esse plano e depois vai decaindo, decaindo, decaindo, e o último aposentado será em 2046. A preocupação que a gente colocou no parecer é justamente

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
003ª Audiência Pública Virtual 24MAR2022
Pauta: Debater o PLCE nº 003/22

essa, que se repassem as pensões do regime de repartição simples para o regime capitalizado sem repassar junto, sem que sejam transferidas junto as contribuições dos servidores, dos segurados, dos pensionistas e também a quota patronal. Então, a gente está passando as pensões de um regime para serem pagas pelo outro regime, sem passar junto justamente o que foi de contribuição. Então essa é uma preocupação que a gente colocou no parecer e também colocamos várias situações de planos de resseguração de outros entes públicos, prefeituras e Estados que estão sendo apreciados pelo Judiciário e pelos Tribunais de Contas e que foram refutados pelo Judiciário e pelos Tribunais de Contas. Então há precedentes de planos como esse que foram analisados e foram refutados. Eles estão citados, inclusive o trecho do parecer do Judiciário, o trecho que o Tribunal de Contas emitiu refutando esses projetos de resseguração por outros entes, prefeituras e Estados que tentaram implementar e que estão dentro do parecer do Conselho de Administração do Previmpa que a gente gostaria muito que os vereadores lessem. Então é isso, só para retomar alguns pontos. Acho que realmente a gente precisa... A gente ouviu alguns dados trazidos pela direção geral do Previmpa que realmente a gente não teve acesso, não chegaram a nós, só estão sendo trazidos agora e não são os dados que a gente tinha. Então nos parece estranho isso. Boa noite.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Muito obrigado, colega Elaine. O Sr. Luís Fernando de Fraga Silva está com a palavra.

SR. LUÍS FERNANDO DE FRAGA SILVA: Boa noite a todos, boa noite aos vereadores presentes que eu acho importante estarem aqui neste debate ouvindo, porque, na realidade é isso que a gente precisa, um debate franco, em que as pessoas possam se ouvir e entender o que é a previdência. Eu acredito que boa parte dos vereadores não sabe como funciona a previdência e como funcionam os regimes previdenciários no país, e votam de acordo com aquilo que é determinado pelo governo ou pelas bancadas a que pertencem. Realmente não leem o que acontece, não sabem e não têm noção. Então nós temos o nosso regime previdenciário separado do regime geral, que é do INSS, que é outra forma de capitalizar recursos para pagar aposentadoria. Nós, servidores públicos, pagamos sobre

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
003ª Audiência Pública Virtual 24MAR2022
Pauta: Debater o PLCE nº 003/22

todo o nosso salário para que possamos nos aposentar com a integralidade. Nós perdemos a paridade. A partir de 2003, perdemos a paridade. Hoje, quem está no capitalizado só recebe a integralidade, ou seja, pela média, mas contribui sobre todo o seu salário. Eu tenho certeza de que muitos nem sabem disso, não têm noção de como funciona a previdência municipal ou a previdência dos servidores públicos. O que nós estamos vendo aqui nada mais é do que um confisco de salários e proventos dos servidores municipais. Novamente um novo confisco, de uma forma atravessada, quer dizer, tira pessoas de um regime, que é o simples, e joga para o capitalizado. "Está sobrando dinheiro." Sim, está sobrando dinheiro, sabia-se. Então os cálculos que foram feitos dizendo que a previdência era deficitária não são verdadeiros. Por que eu digo isso, que os cálculos não eram verdadeiros os cálculos atuariais? Não eram verdadeiros, porque eles diziam que havia um déficit, e nós afirmávamos que não havia déficit, pois o regime capitalizado era extremamente tranquilo, não tinha problemas deficitários. Ele se mantinha para pagar as aposentadorias futuras. O governo simplesmente majora as alíquotas, percebe – sabendo que realmente o fundo capitalizado seria superavitário – e com a intenção já de fazer essa ressegregação de massas. E o pior, Ver. Ferronato, caímos no conto dos 22%: “todos serão taxados em 22%” - a maior mentira que foi colocada na mesa para os vereadores. E foi comprado isso aí, foi comprado. No entanto, majorou-se em 14% as alíquotas para todos os servidores, inclusive para os aposentados, depois, mais uma vez, trabalha-se em cima dos aposentados e confisca-se mais uma parte dos aposentados, de alíquota de 14%, para quem ganha acima de 2,5 salários mínimos, começa a pagar 14% de previdência, ou seja, nem no Regime Geral de Previdência Social é assim, nem no regime geral funciona dessa forma. Criou-se uma anomalia aqui no Município para que houvesse um superávit - acima do que é necessário. Um regime previdenciário não precisa ser superavitário, ele tem de ser equilibrado. Agora se força um equilíbrio, esse é o absurdo, está se forçando um equilíbrio em cima do regime capitalizado com o pretense déficit do regime simples. Esse é o absurdo. Eu não quero dizer que é mais do que um confisco, mas podemos dizer que isso é mais do que um confisco. Com qual intenção? Fazer caixa em cima dos servidores públicos. Hoje, o Município tem superávit de quase R\$ 1 bilhão, o comprometimento do Município hoje com crédito é de 2,6%; o Município pode comprometer o seu orçamento em

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
003ª Audiência Pública Virtual 24MAR2022
Pauta: Debater o PLCE nº 003/22

120% com tomada de crédito, para terem noção disso. No entanto, a cidade está aí, está construindo o quê? Vamos construir roda-gigante para quem? A população, passando fome. Hoje, eu, visitando escolas que não têm gente para cozinhar, não têm cozinheiras; alunos sem alimentação. É assim que se gere uma cidade? São os gestores, se dizem gestores, mas são gestores do dinheiro alheio, essa é a verdade que temos de dizer aqui. E nós temos que denunciar isso com contundência, estão gerindo a cidade com dinheiro alheio, aliás, não estão investindo na cidade, estão guardando dinheiro não sei para o quê. O Município não precisa disso. É isso, pessoal, não tenho muito mais o que falar sobre isso.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Luís Fernando. O Sr. Luís Borba está com a palavra.

SR. LUÍS FERRARI BORBA: Quero saudar o presidente da audiência, e assim saudar os demais vereadores, saudar os colegas da Câmara, colegas em geral e público que nos assiste. Venho por obrigação de ofício, como conselheiro do Previmpa, sou engenheiro aposentado do DEMHAB, mas ainda conselheiro pelo Previmpa e ainda presidindo associações pelo DEMHAB, então me cumpre frisar algumas questões. Eu não pretendia me repetir em relação à fala da audiência passada, aquela audiência chamada às pressas com documentação juntada às pressas horas antes, mas eu queria frisar três pontos. Primeiro, quero lembrar... (Problemas de conexão.) ...regime complementar de previdência... (Problemas de conexão.) ...uma proposta apresentada pelo governo Marchezan que, entre aspas, precisava ser aprovada. Ela tinha que ser aprovada porque era absolutamente necessária para salvar a previdência da Prefeitura de Porto Alegre. Foi aprovada; por circunstâncias próprias, ficou sem implementação durante um tempo para depois só se descobrir que era um gigantesco elefante branco e agora, na verdade, a previdência complementar, 2021, ela não foi criada, foi apenas modificada, foi estendida com a possibilidade de aprovação de um plano externo. É isso que dá a aprovação apressada, tramitação política apressada, sem discussão técnica apropriada de questões tão complexas que envolvem um longo tempo, envolvem a estratégia de vida das pessoas e funcionamento da Prefeitura. É nisso que dá esse tipo de encaminhamento.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
003ª Audiência Pública Virtual 24MAR2022
Pauta: Debater o PLCE nº 003/22

A segunda coisa que eu queria frisar, lembrar, é que o secretário Fantinel, hoje agente político do governo, e o secretário Rodrigo – que hoje deve estar aproveitando bem na iniciativa privada os conhecimentos que ele adquiriu na vida pública –, há mais de um ano, estiveram no conselho, propondo uma discussão técnica, e o conselho abraçou essa ideia, queria uma discussão técnica. Pois agora, eu constato que, até hoje, agora, no início desta audiência, é chamado de déficit do regime de repartição simples, déficit da previdência municipal, o déficit da arrecadação mensal para pagamento de benefícios do regime de repartição simples. Ora, mas o aporte de recursos previstos em lei, em orçamento é justamente para isso, é para isso que ele existe, como muito bem explicou o colega Brum ao início. Então, a confusão de termos só pode ser proposital, chamar de déficit de regime previdenciário um mero déficit da arrecadação mensal entre cota de Prefeitura e cota de servidor. Só pode ser proposital essa confusão que persiste, que não tem nada de técnica, é uma argumentação política. E a terceira coisa que eu queria frisar é que o colega Luís Fernando, meu xará, que me antecedeu e frisou muito bem, é que tudo isso está sendo feito em nome de melhorar os serviços públicos. Como o prefeito Melo dizia em campanha, que a população não quer saber de onde vem o serviço público, a população quer que os serviços públicos sejam prestados, o que não é bem assim, a gente sabe que é uma meia verdade. A gente sabe que mundo afora privatização de serviços essenciais não se sustenta no tempo, porque eles acabam muito caros e de qualidade duvidosa, quase nunca na qualidade que vinham sendo prestados antes enquanto serviços públicos. E a gente sabe muito bem que tudo depende da relação custo-benefício para saber se o serviço é bem prestado ou não. O colega Luís Fernando lembrou muito bem como estão os serviços públicos hoje, como estão os serviços públicos diante da terceirização, como estão os serviços públicos diante de um superávit quase bilionário que a Prefeitura se jacta em ter obtido em 2021. A Prefeitura economiza para jactar, para alardear superávit, vocês sabem que isso não é futuro, isso que eu falei sobre a insustentabilidade dos serviços essenciais privatizados ao longo do tempo, a insustentabilidade disso não é futuro e tampouco apenas mundo afora, é presente na cidade de Porto Alegre. Vou lembrar a pergunta que fiz na audiência passada. Todos aqui sabem que já tem órgão da Prefeitura com conta bloqueada para pagar terceirizado que não é pago nunca, porque, quando ele é pago no mês, não é

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
003ª Audiência Pública Virtual 24MAR2022
Pauta: Debater o PLCE nº 003/22

pago no mês seguinte? Todos aqui têm ciência disso? Contas de órgãos da Prefeitura já estão sendo bloqueadas - com justiça, diga-se de passagem, dependendo da interpretação, mas eu interpreto como justiça, porque o direito do trabalhador tem que ser assegurado, ele tem que ser pago. Todos sabiam disso? Já está acontecendo em Porto Alegre. Então, senhoras e senhores, nós estamos diante de um capítulo alegadamente final, eu não tenho convicção nenhuma de que é um capítulo final, de uma opção política feita de se buscar dinheiro onde se achava, onde se acha que ele pode ser buscado - no arrocho salarial, no confisco previdenciário. Infelizmente, é o apelo que eu faço aos vereadores para que se apropriem desta matéria e de todos os seus aspectos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Sr. José Reis está com a palavra.

SR. JOSÉ REIS: Boa noite a todos que estão participando, em especial, o Presidente, o Ver. Giovane Byl; o Ver. Aírto Ferronato, o Ver. Jonas Reis, que eu vi, que estão participando; colega Luiz Afonso e demais colegas; colega Simone Custódio, bom te ver, depois de muito tempo, a gente que participou junto, contribuístes muito a criação do Previmpa, lá em 2001. Para quem não me conhece, eu fui secretário de administração da época que se mandou a lei do Previmpa para a Câmara e depois fui o primeiro diretor-geral do Previmpa em 2001; secretário Rodrigo Fantinel. Eu queria lembrar primeiro que a própria criação do Previmpa lá em 2001 é fruto da lei, da Emenda Constitucional nº 20, de 1998, que passou a exigir que os servidores públicos passassem a contribuir com previdência. E é óbvio que ela, quando foi criada essa emenda e todas as mudanças de lá para cá, isso foi para quê? Para diminuir o gasto dos poderes públicos com previdência. Para quem se lembra daquela época, quem era funcionário, como eu, nós pagávamos 4,75 para pensões e, assim que foi criado o Previmpa, nós já passamos a pagar 9% de alíquota previdenciária. E na prática, o que significou isso? Redução de aporte do Município para pagamento de despesa previdenciária e, de lá para cá, todas as ações feitas, em especial, a reforma de 2019 e todas as outras têm esse intuito: reduzir a despesa dos poderes públicos com a despesa previdenciária. Eu não consegui fazer ainda, estou tentando fazer, se nós

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
003ª Audiência Pública Virtual 24MAR2022
Pauta: Debater o PLCE nº 003/22

colocarmos no papel tudo que os servidores contribuíram de 2001 até hoje - e aí a gente não se dá conta, mas o Previmpa está fazendo 21 anos de vida este ano, completará em setembro -, nós estamos falando de bilhões de reais que os servidores aportaram com a sua contribuição previdenciária que foi de 9%, depois para 11% e recentemente para 14%, fora as mudanças que foram feitas recentemente de contribuições dos aposentados e pensionistas. Quando a gente olhava os dados lá em 2001, era distante para nós pensarmos que em, se eu estou bem lembrado dos cálculos atuariais, que em 2030, 2032 começaria a diminuição da despesa com o regime de repartição simples de uma forma pequena ainda, de dezenas de milhares de reais, que depois vai aportando, e, que se eu estou bem lembrado, lá por 2047, 2050 é uma previsão de extinção daquele grupo. E aí o capitalizado passaria a assumir as despesas previdenciárias. É por isso que eu estranho essa medida agora. Se eu estou bem lembrado e estou certo, nós estamos em 2022, portanto daqui a oito anos, nove anos vai começar a diminuir mais o aporte que o Município tem feito para a repartição simples. E a Simone apresentou, nos dados iniciais, que só com as mudanças da reforma previdenciária, nos próximos oito anos, o Município vai reduzir o aporte em torno de R\$ 1,4 bilhão de reais. É isso que foi apresentado, pelo que anotei aqui, ou aproximadamente isso. Ou seja, só com as mudanças de 2019 para cá, o Município, em oito anos, vai reduzir R\$ 1,4 bilhão de despesa. E se o Município diminui despesa, provavelmente nós estejamos diante de, no ano que vem, ou até neste ano, ver mais um superávit do governo, com bons valores. Os dados apresentados vão reduzindo aquela contribuição especial que foi apresentada também, e que é justa, porque, no caso, se foram alteradas as regras, e diminui o impacto no próprio capitalizado, é justo que se retire aquela contribuição, essa que estava se fazendo. Só aí já daria uma redução em torno de R\$ 200 milhões -com a redução dos aportes da reforma previdenciária, e mais essa redução. E aí o governo ainda quer agregar ainda mais uma redução, no seu caixa, de R\$ 98 milhões, transferindo esse grupo de pensionistas para o capitalizado. Por isso que o sinalizei, dá em torno de R\$ 450 milhões, que a Simone apresentou ali. Por isso que eu coloquei ali, há pouco, que nós estamos falando de uma redução, só neste ano, de R\$ 500 milhões nas despesas, se esse projeto for aprovado. Para mim, não faz sentido, porque nós estamos perto de o sistema que se montou lá em 2001 começar a dar mais resultados ainda para o

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
003ª Audiência Pública Virtual 24MAR2022
Pauta: Debater o PLCE nº 003/22

Município em torno de redução de despesas. E o governo ainda quer aumentar mais, essa que é a verdade aqui neste projeto. Então, acho que este projeto, na verdade, do meu ponto de vista, ele é bem desnecessário. Precisa de muito debate, além de todas as questões apontadas já juridicamente, tanto pelo parecer do Conselho de Administração quanto pelo parecer prévio da Procuradoria da Casa, que apontou vários incidentes de inconstitucionalidade, inclusive de debate, trazendo decisões do STF sobre outras alterações feitas em outros municípios e Estados sobre este tipo de projeto. Então, acho que é um projeto que a gente tem que estudar com muita calma e chamo a atenção de que ainda faltam algumas demonstrações, faltam as demonstrações orçamentárias e financeiras que não foram aportadas e anexadas ao projeto. Tem ali os dois cálculos atuariais anexados, o parecer do Conselho de Administração, que inicialmente tinha sido colocado no processo pela Procuradoria da Câmara, e o governo mandou, na semana passada, dia 14 de março, o parecer do Conselho, e aquele parecer lá da Secretaria de Previdência. Mas demonstração financeira e orçamentária não tem no projeto, e isso é mais um elemento da Lei de Responsabilidade Fiscal e do art. 113 das Disposições Constitucionais Transitórias que está faltando. Então acho que o governo, pelo menos, se quer prosseguir com o processo, tem que incluir essa documentação. Obrigado pela atenção de todos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O colega Adeldo Rohr está com a palavra.

SR. ADELTO ROHR: Boa noite, Ver. Giovane Byl; boa noite, Luiz Afonso, em seu nome, eu cumprimento todos os colegas municipais, afinal de contas, és municipal também, já aposentado pelo regime de repartição simples do nosso Previmpa. Cumprimento todos os demais colegas e, em nome do João Ezequiel e do Luís Fernando, nossos colegas da diretoria do Simpa e também os demais municipais. Preocupa-me, e aí eu quero trazer alguns elementos aqui para o debate, e, José Reis, fui contempladíssimo com a tua fala, tu conseguiste sistematizar, digamos assim, historicamente, questões importantes a serem levantadas e do debate que já tinha sido travado inclusive pelo Conselho de Administração,

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
003ª Audiência Pública Virtual 24MAR2022
Pauta: Debater o PLCE nº 003/22

no Simpa, e que nós trouxemos para o debate aqui da audiência pública. E aí eu quero dizer que a audiência pública na Câmara de Vereadores é insuficiente para fazer o debate sobre previdência, porque é um debate geracional. E aí me preocupa porque o art. 2º, da Lei Orgânica do Município, (não) está sendo cumprido - eu acho que nós temos dois ou três, tínhamos dois vereadores, pode ter mais um agora, que entraram 70, que ingressaram -, a independência do Legislativo municipal não existe em relação ao Executivo. Por quê? Porque os vereadores não se fazem presentes no debate e, quando se fazem presentes, sequer debatem a matéria. Quando a gente acompanha a sessão que discute essa matéria na Câmara de Vereadores, a gente vê cada fala que não diz coisa com coisa. Ou seja, na verdade, a Câmara de Vereadores, desde o governo Marchezan, já um pouco antes, era, mas, a partir do governo Marchezan, se tornou nada mais do que um puxadinho do Executivo. E é isso que nos indigna, nós, da categoria municipal. E aí eu quero trazer algumas questões, e o Ver. Ferronato está aqui e está ouvindo. Ferronato, a ameaça dos 22% para o 24º voto, Ferronato, é uma vergonha! Como dizia lá o nosso jornalista que me fugiu o nome agora. É uma vergonha isso, Ferronato. A ameaça dos 22%, apresentada como uma questão que nós tínhamos que entregar alguma coisa, é um absurdo isso, Ferronato! O projeto de previdência complementar, Rodrigo Fantinel, nós denunciemos em 2018, o projeto de previdência complementar do Marchezan era um projeto de fundo falido. Agora, aprovaram de novo. O teto do regime geral, eu anotei agora aqui, R\$ 7.087,00; Brum, nenhum engenheiro, nenhum arquiteto, nenhum biólogo, nenhum médico entra na Prefeitura ganhando R\$ 7 mil hoje. Vai fazer previdência complementar com o quê? A carreira acabou de ser acabada em 2019. A Câmara de Vereadores de Porto Alegre destruiu a carreira dos servidores, nós não atingimos o teto para ter previdência complementar no Município. Só os auditores, Fantinel, e os procuradores da Fazenda, esses atingem os salários que vão cair para a contribuição na previdência complementar, nós temos que deixar claro isso. Essa é a discussão. E aí esse projeto da previdência complementar, para mim, é um projeto que tenho dito há muito tempo: fluxo de caixa. O que é esse projeto? É a legalização de um crime de enriquecimento ilícito, do Previmpa. É isso que nós estamos discutindo hoje. Resseguração de massas não passa disso na Câmara de Vereadores. Por quê? A justificativa, o Zé Reis trouxe agora: todos os projetos

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
003ª Audiência Pública Virtual 24MAR2022
Pauta: Debater o PLCE nº 003/22

aprovados, de alteração das regras previdenciárias no Município de Porto Alegre, trouxeram avaliação atuarial, trouxeram notas técnicas atuariais para justificar os projetos, mas nada... E tudo em cima de estimativas, e todas as estimativas apresentadas não se confirmavam, todos os projetos apresentados, o déficit do regime de repartição simples era superestimado, nenhum déficit que foi apresentado até hoje e que é dívida da Prefeitura se confirmou em todos os projetos apresentados. E o governo - quando eu falo em crime - malandramente, o anterior e o atual misturaram o regime de repartição simples com o capitalizado. Por que é um crime, Luiz Afonso? Porque estão pegando dinheiro de quem contribuiu para o regime capitalizado - e pela Constituição não pode pegar esse dinheiro - para pagar quem contribuiu para o de repartição simples, porque o dinheiro que foi contribuído para o de repartição simples já foi gasto pela Prefeitura e não pode ser utilizado. E por que está dando esse déficit enorme hoje? Isso é enriquecimento ilícito e isso deveria ter aparecido nos cálculos atuariais para provar que não existia justificativa para a aprovação dos projetos de reforma da Previdência que foram aprovados até agora pela Câmara de Vereadores. Quero trazer um dado. Rodrigo Fantinel, vergonhosa a proposta de parcelamento em quatro vezes, de 10% da inflação para os servidores municipais. Sabe quanto significa isso, Rodrigo? No teu salário, dá menos do que foi tirado com a aposentadoria dos aposentados e dos pensionistas a partir de agora. Vergonha isso, Rodrigo. Nós temos que discutir isso. É uma vergonha, a Prefeitura está fazendo caixa com desvio de dinheiro dos servidores públicos, e nós vamos, o Simpa vai buscar todas as informações necessárias. E já foi apontado o projeto de ressegregação de massas, é um negócio sério, não é a partir de uma portaria do Ministério da Previdência que se faz ressegregação de massas! Respeito com as finanças públicas, Rodrigo! A Prefeitura deu superávit de quase meio bilhão no ano passado, não gastou o que deveria gastar com educação, e sabe o que aconteceu? Na minha secretaria, foi negado recurso para projetos construídos pelos meus colegas, porque a Prefeitura está no Cadin, está em débito, não recebe repasses do governo federal. Absurdo isso! Outra coisa que eu quero dizer, que é importante também: na data da outra audiência, naquela semana, algumas escolas infantis não tinham merenda porque não tinha gás nas escolas, o dinheiro foi controlado. Nesta semana, foi publicada uma portaria, uma ordem de serviço do Rodrigo Fantinel que

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
003ª Audiência Pública Virtual 24MAR2022
Pauta: Debater o PLCE nº 003/22

priorizava o que ia ser pago, não estava lá previsto que eles iam comprar comida para as escolas infantis, e isso me preocupa. Quero que a Câmara de Vereadores cumpra o art. 57, que passe a chamar o prefeito para explicar por que ele não cumpriu a regra constitucional de aplicação dos recursos na educação, em 2019. Quero saber se os vereadores vão aprovar as contas da Prefeitura do ano passado ou se eles vão cobrar a responsabilidade do prefeito, porque o superávit foi apresentado, e estão sendo sucateados todos os serviços públicos, e estão tentando culpar os servidores.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Adelto. O Ver. Jonas Reis está com a palavra.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Quero cumprimentar todas as presentes e todos os presentes nesta audiência, especialmente as servidoras e os servidores desta Prefeitura. Nós sabemos que quem carrega o serviço público nas costas são vocês, vocês carregam, não são os CCs do governo! Há muita gente incompetente acumulada nos gabinetes. Como pode um prefeito, com um R\$ 1 bilhão em caixa, deixar faltar água? Deixou faltar a água no Morro da Cruz e em toda Zona Leste! Quando alaga, alagam as casas das pessoas, com a chuva que alaga as ruas, entra na casa das pessoas- com R\$ 300 milhões em caixa no DMAE! Como pode um prefeito deixar as pessoas esperando dois anos nas filas de especialidades? Cardiologista, ortopedista, psiquiatra, psicólogo! Não nomeia servidores, sucateia as estruturas. Sabe por que hoje esse dinheiro está guardado no caixa da Prefeitura? Porque o prefeito não tem pessoas para, com competência, gerir a coisa pública, é um bando de políticos politiqueiros que não deixam os servidores trabalharem. Olha o depoimento dos servidores aqui! E ainda, se não bastasse ter todo esse dinheiro, é o prefeito Patinhas, sabe o Tio Patinhas, que tem aquele cofre e vai guardando dinheiro? É o Melo em Porto Alegre. Ele personifica isso, ele guarda o dinheiro, deixa a população sem serviço, arrocha salário do servidor e quer mais dinheiro para guardar. Essa é a realidade, porque ele não usa o dinheiro dos impostos. Agora, falando em impostos, vamos chegar naquele projeto que os vereadores do governo, todos de direita - quem está com o Melo é de direita, não é outra coisa, é antipovo, antitrabalhador -, o projeto dele é destruir a cidade,

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
003ª Audiência Pública Virtual 24MAR2022
Pauta: Debater o PLCE nº 003/22

mais ainda do que seu antecessor. Ele precisa superar todo desmonte da estrutura pública. Sim, agora, mais dinheiro dos aposentados que contribuíram com o Previmpa; ele quer se livrar dos pensionistas, vejam isso! Foi o depoimento do governo aqui, eles não querem mais proteção social. Proteção social existia, inclusive, na Roma Antiga, na Roma Antiga já existia proteção social. O prefeito, ele quer tirar a proteção social da sua responsabilidade. Ele acha que a Prefeitura é uma coisa sua, então, sequestra o caixa para fazer o que bem entende. E aí, os vereadores da base aliada, todos de direita, repito, porque aquele que sequestra o erário para interesses individuais é de direita, extrema direita, eles aprovaram, no ano passado, um projeto de abono, perdoaram R\$ 3 bilhões de pessoas que sonegaram, durante 20 anos, os impostos. Sabem quem vai pagar esses impostos sonegados? As servidoras e os servidores públicos nessa ressegregação de massa, vão pagar. Sabe aquele IPTU que ele revogou? Sim, aquele escalonamento, sim, aquilo que os grandes proprietários que têm 20, 30, 40, 50 apartamentos na cidade? Esses não estão pagando aumento de IPTU. Esse aumento, que não vai haver mais, é você, município, município, que vai pagar pela ressegregação de massas. Porque, além de vocês contribuírem - você contribui para a sua aposentadoria, dos seus entes, sim, essa contribuição que você fez durante esse tempo -, agora vai pagar o regime simples, que é uma responsabilidade do ente federado. E as pessoas trazem aqui, muito bem desmontado, esse factóide, essa farsa, essa ilusão do governo de que há um déficit previdenciário. Nunca houve, não há, não pode usar essa palavra. Por favor, por favor, até uma pessoa sem muito conhecimento, ela não cometeria esse erro! Que politicagem barata, que falta de capacidade argumentativa! Poderiam até estudar um pouco mais, conhecer a realidade, construir uma linha de pensamento, minimamente, razoável. Nós já tivemos politíqueiros melhores em Porto Alegre. Os que nós temos aí, eles tripudiam na cara do povo. Mas vocês não se enganem, vocês que estão com o governo Melo, que esse governo vai passar assim, incólume. Não! A população está vendo, a cidade da roda-gigante, enquanto o transporte público, sucateado, hiperlotado. Sabe quem é que passa dinheiro para os empresários na capital, do transporte público? O prefeito. E sabe de onde vem esse dinheiro? Do superávit do capitalizado, que agora vai ser sequestrado. Sabe quem está financiando Porto Alegre? São as municipais e os municípios, porque o prefeito não tem quadros na sua equipe

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
003ª Audiência Pública Virtual 24MAR2022
Pauta: Debater o PLCE nº 003/22

capazes de fazerem projetos para captar recursos, inclusive, federais. Os Ministérios, sim, têm, mas tu tens que ter gente qualificada para ir lá buscar o dinheiro da União. Não tem pessoas com essa qualidade, nós temos os politikeiros, com uma linguagem muito rasa. E eles vêm aqui tentar convencer as municipalidades e os municipais de que a Prefeitura está mal e precisa fazer ressegregação de massas. Aqueles que votaram lá, naquele projeto do ano passado, que mudou a previdência, foram eles que começaram e abriram o caminho para essa ressegregação. Eles têm essa responsabilidade. Eu fico muito triste, muito triste, de estar nesta legislatura, com pessoas, vereadores e vereadoras que não vêm aqui debater, não querem ouvir a cidadania. Ora, porque nós fomos eleitos, se nós não queremos estar com o povo? A base do governo não está aqui, não está o líder do governo, nem o seu vice-líder está nesta audiência pública. Isso é um escândalo? Nem o filho do prefeito está aqui. Sim, lavaram as mãos, o negócio deles é passar o rodo. Agora, o Diário Oficial todo dia nomeia CCs. Eu fico escandalizado e quero dizer às municipalidades e aos municipais: nós lutaremos até o último momento para derrotar este projeto. Porque ele não tem justificativa, ele não tem razão de ser, a não ser isso tudo que eu disse para vocês: um projeto que tira dos que menos têm, os funcionários públicos pauperizados que já perderam 35% da sua massa salarial nos últimos cinco anos. Isso não é justo. Isso pode até ser legal, o prefeito pode até dar calote, agora, isso é imoral, isso é injusto com quem carrega os postos de saúde nas costas; com quem conserta o encanamento desta cidade; com quem garante a pavimentação; com quem garante educação! Eu fui aluno de escola municipal, agradeço aos professores municipais que hoje estão aposentados, e agora? Não têm mais proteção, porque o prefeito decidiu jogar: "Oh, vocês, pensionistas, se virem!" Então, encerro a minha fala dizendo aqui que o governo não me surpreende. Ele já tinha dito ao que veio: viria para sequestrar o erário, para um grupo pequeno de interesses. Interesses individuais, politikeiros, sabe? Alguns bairros onde fizeram votações e se esquecem das periferias, viram as costas. Tanto é que a população hoje já reclama muito, mais ainda, em alguns lugares, do que antes. Mas o governo Melo, ele sabe figurar, eles vão seguir figurando, caberá a nós sabermos fazer a denúncia, como fizemos, muito bem-feita, do governo Marchezan, que nem foi para o 2º turno. Nós precisamos dar o troco dentro da democracia, contra esses que praticam estelionato eleitoral. Ele dizia que não ia

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
003ª Audiência Pública Virtual 24MAR2022
Pauta: Debater o PLCE nº 003/22

fazer nada do que o governo anterior fez, está fazendo tudo e mais um pouco. Nós temos que lutar, gente. Lutar muito para derrotar este projeto, e não se enganem, não para por aí, esses são os primeiros 1.600 da ressegregação, a primeira etapa. Eles querem é botar todos, não se enganem, eles querem acabar com o Previmpa. O projeto deles é antifuncionalismo. Eles já mostraram isso, quando não se comprometem nem sentar com os sindicatos para negociar a inflação; não é aumento salarial, é inflação. Encerro a minha fala aqui, agradecendo a todas e todos pela disponibilidade do debate, de estarem aqui conosco. E nós temos que enfrentar, gente. Não é possível um homem sozinho, como o Sebastião Melo, ser mais poderoso do que uma cidade. A cidade tem que se levantar e dizer que ela quer democracia, que ela quer participação e respeito à legislação. Melo, pague o que deve ao funcionalismo e pare de destruir o Previmpa, pare!

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB): O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Boa noite, quero trazer um abraço ao nosso Presidente Giovane Byl, ao Rodrigo Fantinel, à Simone, a todos que se manifestaram hoje, especialmente ao Brum, que foi o primeiro que se manifestou, ao Ezequiel, e a todos os servidores e servidoras que estão conosco nesta noite. Quero dizer que eu estou aqui, prestei atenção em tudo que se falou e também andei lendo quase todas as mensagens que foram escritas no nosso *chat*. Amigo Jonas, um abraço para ti, bom estar contigo nesta noite.

Vou começar com a primeira... O Sérgio Brum disse que o que o Ferronato fala não dá para se levar a sério. É isso que ele escreveu agora. Muita coisa não dá para se levar a sério, hein, Brum? Pensa bem. O próprio Brum disse que os servidores não acreditam mais em mim. Eu te digo que tem uma bela fatia de servidores que estão me agradecendo, Brum. Ouvi outra manifestação – e também sei que não é o tema da nossa audiência – perguntando se eu não tinha remorso, porque eles estão pagando mais R\$ 500,00. Eu tenho algum remorso, sim. Agora, principalmente quem recebe um, dois, três ou quatro salários mínimos está me agradecendo, porque a proposta de elevar a isenção foi minha: eu pedi isenção de três salários e consegui dois; foi minha. Muito bem. Nós não podemos

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
003ª Audiência Pública Virtual 24MAR2022
Pauta: Debater o PLCE nº 003/22

esquecer, Jonas, que temos, estamos, o governo tem, no mínimo, 19 votos! Vou repetir: tinha e ainda tem mais de 19 votos. Entre outras coisas, aquela redução da alíquota do adicional de oito e alguma coisa por cento, eu apresentaria uma emenda, mas se eu apresento uma emenda serei crucificado mais uma vez. Por que, se há um resultado favorável, se reduz a contribuição só do Município? Acredito que se poderia reduzir, se assim é, 4% do Município e 4% do servidor, repartir um pouco, o resultado favorável. Só para dizer isso, dizer que eu estou atento, ouvindo. Brum, respeito a tua posição, embora discorde dela. Abraço a vocês, votei como votei, a pedido de servidores públicos do Município de Porto Alegre, muitos. “O Ferronato fala uma coisa e faz outra”, não é verdade. Um abraço!

SR. SÉRGIO BRUM: Luiz Afonso, direito de resposta, por favor.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Só um momento, por gentileza.

(Manifestações paralelas. Ininteligíveis.)

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Concluí. Deixa eu ouvir o Brum.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Um momentinho, vereador. O debate aqui tem algumas regras. O senhor encerrou seu pronunciamento?

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Encerrei meu tempo.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Perfeito. Agora nós vamos para as considerações finais, aí, Sérgio, as entidades vão ter direito a falar. Agora começaremos pelas entidades, as considerações finais, e o governo arremata. São dez minutos para cada lado; como tem duas entidades que falaram, o Simpa e a Astec,

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
003ª Audiência Pública Virtual 24MAR2022
Pauta: Debater o PLCE nº 003/22

sugeriria, Sérgio, que tu falasses cinco minutos e o Ezequiel mais cinco minutos, para as considerações finais.

O Sr. Sérgio Brum está com a palavra.

SR. SÉRGIO BRUM: Muito obrigado, Luiz Afonso. Acho que muito do que era preciso dizer foi dito aqui. Especificamente, quanto ao Ver. Ferronato...

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Bastante, foi falado!

SR. SÉRGIO BRUM: Vereador, o senhor é testemunha de quantas vezes conversamos, quantos diálogos tivemos, mas nesse episódio que está sendo referido, o senhor priorizou aliviar a majoração da contribuição previdenciária nos maiores salários. O que foi aprovado é pior do que o foi proposto inicialmente ainda no governo Marchezan em que pelo menos esse prejuízo era proporcional aos salários. O que foi aprovado com a sua participação, sinto muito, privilegiou apenas o grupo de maiores salários da Prefeitura; os médios não foram contemplados. Francamente...

(Manifestações paralelas. Ininteligíveis.)

SR. SÉRGIO BRUM: Vereador, me permita, o senhor disse no seu tempo o que bem entendeu.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Por gentileza, Sérgio, só um pouquinho. Ver. Ferronato, vou lhe pedir a gentileza de deixar o colega Sérgio falar, não apartear o pronunciamento, o senhor sabe, acaba se derretendo a nossa conversa aqui, por gentileza.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Está bem.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
003ª Audiência Pública Virtual 24MAR2022
Pauta: Debater o PLCE nº 003/22

SR. SÉRGIO BRUM: Ver. Ferronato, a nossa identidade, a Astec, o Simpa, é uma das maiores associações no meio das associações, nós e a ATEMPA temos mais sócios do que todas as outras. Nós confiamos no senhor, estivemos conversando com o senhor durante esse processo, e tivemos a nossa expectativa frustrada: o senhor não ficou do lado dos servidores e certamente isso irá lhe custar votos na próxima eleição. Como irá custar votos, se os servidores públicos têm alguma autoestima, a todos os vereadores que não estão presentes aqui hoje e que não fazem essa discussão com os servidores.

Vejo muito problema em colegas, quando assumem posição dentro do governo, ao tentarem justificar esse saque ao bolso dos servidores com argumentos pífios. Eu sou um técnico do município de Porto Alegre e acredito muito nos meus colegas técnicos, sei da capacidade deles e me envergonho quando eles abandonam essa capacidade, essa capacidade de crítica para apoiar projetos do governo; seria melhor se demitirem, fiquem ao lado dos seus colegas. Do jeito que vai a coisa, cada vez que se promove um colega nosso a uma posição de secretário ou de diretor, e ele causa prejuízos a todos, inclusive a ele mesmo, desse jeito nós estaremos logo, logo, quase extintos e logo o interesse pela carreira pública desaparece. Eu fico feliz, fui contemplado por muito do que se disse aqui hoje, fico frustrado porque não tivemos a presença dos vereadores que ficam tradicionalmente ao lado do governo. Mas é como eu disse antes: não podemos encarar isso como um Gre-Nal, não podemos encarar isso como uma disputa. Não, agora os senhores todos são vereadores e vereadoras, agora cabe uma responsabilidade no seu voto, não é mais um voto partidário, não é estar em coligação com o partido do prefeito ou não; é votar conscientemente, é votar enxergando o benefício ou malefício que vai ser causado. Não esperamos muito da votação deste projeto, mas estamos aqui lutando pela preservação das nossas carreiras. Muito obrigado.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Vamos passar a palavra agora para o colega João Ezequiel, do Simpa. Registramos que o mandato do Ver. Roberto Robaina está representado pelo colega Mário Fernando.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
003ª Audiência Pública Virtual 24MAR2022
Pauta: Debater o PLCE nº 003/22

SR. JOÃO EZEQUIEL: Obrigado, mais uma vez, Luiz Afonso. Eu quero parabenizar cada colega que está nesta audiência, parabenizar cada colega que segue na luta em defesa da nossa previdência, em defesa da nossa carreira, em defesa de um salário digno àqueles que atendem à população de Porto Alegre há tantos anos. Quero dizer que é uma vergonha, colega, e agora parte do governo, Rodrigo Fantinel, ver de novo que vocês seguem fazendo a mesma defesa, desculpa dizer, mas com a mesma ladainha, com o mesmo engodo de outras audiências e também outros projetos, que vocês estão ajudando esse governo a aprovar, contra os municipais de Porto Alegre, contra os servidores. E mais cruel ainda, Rodrigo Fantinel, contra aposentadas e aposentados que, quando se aposentam, já têm uma redução salarial própria da aposentadoria em si, porque saem da ativa, então tem lá algumas vantagens que já não levam. Aí vêm projetos, agora continuado pelo governo Melo, tentado antes pelo governo Marchezan, um governo nefasto, e agora o governo Melo continua essa mesma política nefasta, sacando, retirando, confiscando daqueles que mais precisam, no momento em que mais precisam. É importante dizer, quando os colegas se aposentam, é justamente o momento que mais precisam do seu salário, para o sustento da sua família e no momento em que precisam, muitas vezes, de medicações e tratamentos médicos e por aí vai. E quero dizer, em nome da categoria municipal de Porto Alegre, categoria valorosa que tem um histórico de décadas, de luta, dizer em nome dessa categoria, Ver. Airto Ferronato, o senhor, sim, foi um traidor dos servidores públicos municipais, o senhor foi um traidor da defesa do serviço público, como um todo, porque o senhor é servidor público e o senhor foi o 24º voto, aquele voto que justamente permitiu que toda essa reforma fosse aprovada. O senhor foi o voto que permitiu que agora aposentadas e aposentados tenham um confisco no seu salário da ordem de 14%. Portanto, a sua atitude, como parlamentar, está sendo observada e registrada por cada servidora e por cada servidor.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): É preciso ficar quieto, Luiz Afonso?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Só um pouquinho...

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
003ª Audiência Pública Virtual 24MAR2022
Pauta: Debater o PLCE nº 003/22

(Manifestações paralelas. Ininteligíveis.)

SR. JOÃO EZEQUIEL: Eu peço aqui o direito de fala. Eu estou na minha inscrição.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): A alta direção do Simpa pediu para votar favorável.

SR. JOÃO EZEQUIEL: Diretoria Legislativa, por favor, que parem o meu tempo...

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Por gentileza, peço a atenção de todos.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Mas não ofendi ninguém e exijo respeito.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Ver. Ferronato, só vou pedir a gentileza, vamos deixar o colega terminar para gente poder terminar nosso trabalho.

(Manifestações paralelas. Ininteligíveis.)

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB): Diretor, Luiz Afonso, só vou pedir respeito ao colega Ver. Ferronato e pedir ao colega Ver. Ferronato, que, se se sentiu ofendido, a gente lhe concede o direito de resposta, mas vamos fazer a manutenção do tempo do João para a conclusão, e, se o vereador se sentiu assim como o Sérgio, no outro momento em que pediu o direito de resposta, a gente concede logo após ao Ver. Airto Ferronato. Solicito aos demais que se quiserem intervir, não desbloqueiem o áudio. Comuniquem ali no *chat* que a gente garante, se assim for, o direito. Por favor, João, conclua para nós.

SR. JOÃO EZEQUIEL: Obrigado, Ver. Giovane Byl. Vereador, eu quero dizer aqui que eu fui suplente de vereador, assumi muitas vezes na Câmara, pelo PSOL, e quero dizer que,

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
003ª Audiência Pública Virtual 24MAR2022
Pauta: Debater o PLCE nº 003/22

quando a gente assume mandatos, a gente tem responsabilidades por este mandato. Eu estou hoje como

diretor-geral do Simpa, e eu tenho responsabilidades enquanto diretor. As minhas ações públicas refletem no meu mandato enquanto diretor do Sindicato dos Municipários de Porto Alegre. Portanto um vereador, uma vereadora que tomam uma atitude A ou B, eles também têm responsabilidades em suas atitudes. O Ver. Ferronato, nós estivemos lá dentro do seu partido, lá no PSB, a direção do Simpa foi lá antes da votação dialogar com o vereador, dialogar com a direção do PSB, dizendo que eles tinham que ter outra postura, e levamos todos os elementos do porquê. O Ver. Ferronato, eu vou repetir aqui, foi traidor, sim, do serviço público e traidor, sim, dos servidores municipais de Porto Alegre, porque ele dizia lá na tribuna, ele disse que jamais seria o 24º voto que iria atacar os servidores e servidoras municipais de Porto Alegre, palavras dele. Então, agora, um parlamentar, quando fala, a sua palavra não vale? Quando ele desrespeita a própria fala, ele está traindo, sim – está traindo, sim! – àqueles a quem ele enganou, dizendo que votaria contra o projeto e votou a favor por conta de uma, duas, três ou meia dúzia de associações que representam uma minoria dessa categoria! É uma vergonha, sim, vereador, e o senhor é, sim, um traidor! É sim! Por causa do senhor, aposentadas e aposentados estão sendo confiscados nos seus salários! Tenha vergonha, vereador! Tenha vergonha, o senhor é um traidor, sim! Eu falo aqui em nome dessa categoria valorosa! O seu voto permitiu o confisco de 14% em aposentadas e aposentados! Uma vergonha! Uma categoria que está sendo arrojada ano a ano! Uma categoria que, no período da pandemia, enfrentou a própria morte para atender a população. Ora, vereador, não me venha aqui agora com meias palavras! Por favor, respeite esta audiência! Respeite os presentes aqui e assuma a sua responsabilidade.

E a mesma coisa eu falo para o secretário Rodrigo Fantinel: é uma vergonha! O senhor, como servidor, se propor a esse papel de ataque sistemático a essa categoria. Tudo isso é uma vergonha! Vocês sabem muito bem disso! O governo Melo sabe disso, os seus secretários sabem disso! Estão atacando uma categoria que tem o seu salário achatado a todo ano – todo ano! Uma vergonha! Aqueles que realmente trabalham e atendem a população. Desculpe-me, Luiz Afonso, mas essa indignação não é só minha – não é só

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
003ª Audiência Pública Virtual 24MAR2022
Pauta: Debater o PLCE nº 003/22

minha –, é do conjunto dessa categoria que vai seguir lutando apesar desses governos. E é importante, colegas – muito importante, colegas –, no dia 29, terça-feira, todos na assembleia, porque nós queremos, merecemos e precisamos de uma reposição justa a essa categoria que vem sofrendo todos esses ataques. Vamos seguir em frente, porque eles passarão - nós passarinho! -, e continuaremos como servidores públicos, porque nós entramos pela porta da frente. Eles vêm aí num mandato de quatro anos, assumem os seus mandatos com compromisso com as grandes empresas, com compromisso com aqueles que, inclusive, são isentos de impostos, são isentos de toda ordem de dívidas, enquanto que o trabalhador e a trabalhadora municipal minguem para ter minimamente uma reposição. Olha, gente, chega um ponto que é difícil falar tranquilamente. Chega um ponto que a gente tem que botar a realidade na mesa, e enfrentar esses governos e seus aliados. E, sim, Ver. Airto Ferronato, o senhor é um aliado do Melo e o senhor está posicionado contra as servidoras, contra os servidores. Já provou isso, já está provado, e a conta virá! Muito obrigado. Municipárias e municipais, sigamos firmes. A nossa luta é justa, é urgente e é necessária! Vamos juntos e unidos, dia 29, 18h30min, todos lá na assembleia, na Imperadores do Samba. Muito obrigado.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): A Sra. Simone Custódio está com a palavra.

SRA. SIMONE CUSTÓDIO: Só gostaria de agradecer a presença de todos, a participação de todos nesta audiência pública, e ficamos à disposição.

SR. RODRIGO SARTORI FANTINEL: Diretor Luiz Afonso, Presidente Giovane, foi uma satisfação participar novamente da audiência, embora, como disse o colega João Ezequiel, às vezes, seja difícil falar com tranquilidade, de forma respeitosa, eu vou continuar falando de forma tranquila e respeitosa com todos aqui. Acho que o diálogo é importante. Assim como a Simone colocou, também permaneço à disposição, a Secretaria da Fazenda está à disposição dos vereadores para esclarecer quaisquer dúvidas em relação ao projeto.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
003ª Audiência Pública Virtual 24MAR2022
Pauta: Debater o PLCE nº 003/22

E esperamos que, em breve, seja aprovado pela Câmara e que a gente possa dar continuidade às ações que estão planejadas nesse sentido. Muito obrigado e boa noite.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Dr. Rodrigo; obrigado, Sra. Simone.

Presidente Giovane Byl, não temos mais nada a tratar. Peço que o senhor encaminhe, por gentileza, suas considerações finais para encerrarmos a reunião.

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB): Então, quero agradecer a todos os que participaram desta audiência pública e, sem mais encaminhamentos, diretor Luiz Afonso, solicito que o senhor faça o encerramento da nossa audiência pública.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em nome da Câmara Municipal de Porto Alegre, agradecemos a presença de todos e desejamos um bom final de noite.

Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 21h03min.)